

“OS BRINCOS DAS ORELHAS E AS SAIAS DAS VIÚVAS”: A BAHIA E A CRISE AÇUCAREIRA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

“Os Brincos Das Orelhas e as Saias Das Viúvas”: Bahia and Sugar The Crisis Of The Second Half Of Seventeenth Century

Wesley Dartagnan Salles⁹⁶
wesley-salles@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo fazer um balanço da historiografia relativa à denominada “crise açucareira” da segunda metade do século XVII em relação, principalmente, a algumas críticas quanto à validade de sua estruturação histórica, isto é, documental. Desse ponto de vista, no caso da Bahia, procuramos trazer à luz das discussões uma documentação que fomenta o debate em questão, apontando não somente para a existência de um problema na produção e venda de açúcar, mas para uma profunda e negativa expectativa social expressa na fome, nas doenças, nas dívidas e na miséria social no Recôncavo, que influenciaram e foram influenciados pelo problema açucareiro. A documentação utilizada é referente ao diálogo da Câmara de Salvador, Bahia e o Conselho Ultramarino, assim como textos de António Vieira.

Palavras-Chave: historiografia, crise açucareira, século XVII.

Abstract: This paper has to goal make a balance of the historiography on the called "sugar crisis" of the second half of the seventeenth century in relation to some criticism as to the validity of its historical structure, that is, documentary, mainly. From this point of view, in the case of Bahia, we seek to bring the light of the discussions a documentation that fosters the debate in question, not only pointing to the existence of a problem in the production and sale of sugar, but a profound and negative social expectation expressed in famine, in illness, in debt and social misery in the Reconcavo, who influenced and were influenced by the sugar problem. The documentation that is used refers to the dialogue of the Câmara de Salvador, Bahia, and the Overseas Councilour, as well as texts by António Vieira.

Keywords: historiography, sugar crisis, seventeenth century.

⁹⁶ Bolsista Fapesp. Membro do Grupo de Estudos Império Português no Século XVII, orientado pelo professor Claudinei M. M. Mendes. Mestrando pela UNESP Assis.

Introdução

Recentemente, teve início um debate historiográfico sobre a segunda metade do século XVII do império português. O período passou a ser questionado quanto a validade das afirmativas que apontavam para uma crise econômica geral no Brasil influenciada pela crise econômica europeia.⁹⁷ Sampaio afirma que os historiadores que até então discorreram acerca do período, asseverando que a agricultura do “Brasil” entrou em depressão devido à crise econômica geral, não o fizeram com bases documentais capazes de sustentar tais afirmativas. Em suma, as críticas se fundamentam no fato de o Rio de Janeiro ter se tornado, no período em questão, o centro do Império português. A questão que fica, com isso, é como o Rio de Janeiro poderia fazer parte de uma crise geral se, opostamente, prosperou? Com este questionamento, o autor carioca procurou romper com a historiografia, indicando a impossibilidade de se interpretar o período como fruto de uma crise geral.

Neste artigo, procuramos fazer um balanço historiográfico tratando da problemática da crise açucareira da segunda metade do século XVII pensando-a criticamente em relação à documentação, valorizando uma análise documental voltada para a administração do problema açucareiro. Há fundamento para afirmar que houve uma crise açucareira? Como conceitualizá-la? Procuramos nos debruçar sobre a documentação administrativa referente a Salvador, Bahia, ou seja, sobre as correspondências entre a Câmara Municipal da Bahia e o Conselho Ultramarino, a principal voz da Coroa em relação ao ultramar. Também procuramos comparar com alguns textos de António Vieira que tinha uma grande importância política e foi um bom intérprete do período. Das muitas opiniões que apareceram sobre o problema baiano, e de alguns apontamentos historiográficos, podemos, ainda, chamar a atenção para uma crise na produção açucareira da segunda metade do século XVII; em outras palavras, a sociedade baiana passou por um surto de fome, de doenças, e de uma grande miséria, que atingiu a produção de açúcar, já com problemas advindos da concorrência Antilhana, da queda do preço, da dívida dos produtores baianos com a Coroa e das animosidades entre os produtores e os mercadores. Sendo assim, o artigo é composto de

⁹⁷ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

duas partes, uma primeira relativa à historiografia da crise açucareira; e, outra, referente à pesquisa documental. Contudo, não se procura aqui finalizar as discussões sobre a problemática da crise, mas, antes disso, colaborar com as recentes discussões.

Historiografia sobre a crise açucareira do século XVII

Tornou-se quase uma certeza na historiografia que, durante o século XVII, houve uma acentuada crise na produção açucareira do Brasil. Várias foram as contribuições historiográficas que ajudaram a formar a ideia de uma crise açucareira. Vamos resumir algumas delas e depois mostrar a crítica que se fez a sua concepção.

Vitorino de Magalhães Godinho assinala para uma crise geral no império português, cujas bases se encontraram “*Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro*” (1968). Segundo este autor, o período foi marcado pela crescente política mercantilista europeia, na qual os países europeus teriam fechado seus mercados a fim de criar uma balança de comércio positiva, isto é, procurando proteger suas produções. Para tanto, a relação de comércio cada vez mais passou a se limitar entre colônias e metrópoles. No caso da crise do açúcar português, foi um reflexo desse fechamento dos mercados franceses e holandeses para as compras do açúcar advindas do “Brasil” – colônia portuguesa.

Em meados do século XVII o monopólio da produção e venda do produto à Europa pelos portugueses foi quebrado pela crescente produção nas regiões das Antilhas. Com o pensamento mercantilista que embasava as ações, depois que os franceses conseguiram criar a sua indústria do açúcar, diminuíram drasticamente o volume de compra dos portugueses. Os holandeses, após saírem de Pernambuco, em 1654, com cabedais e experiência adquiridos com os pernambucanos, ligeiramente dinamizaram uma produção voltada à venda na Europa e tiveram muito sucesso mercantil.

Não nos devemos admirar de que a implantação desta nova economia do açúcar e do tabaco no Mediterrâneo americano – de 1650 a 1670 – e a política econômica de Colbert, tenham tido consequências econômicas desastrosas para o comércio Atlântico português. Os produtos portugueses veem-se expulsos dos mercados ingleses, franceses e holandeses. É verdade que ingleses, franceses e holandeses ainda carregam açúcar e tabaco em Lisboa, mas é para os venderem noutras partes: os seus mercados nacionais

Expeditions: Theory of History & Historiography

propriamente ditos estão perdidos para os portugueses. E cerca de 1670 que esta falta começa a fazer sentir em Lisboa. As existências acumulam-se nos armazéns; os produtos não se vendem; vende-se por preço inferior ao do custo, e não por isso, mas também há queda dos preços porque a oferta aumenta muito mais rapidamente que a procura (GODINHO, 1968, p. 300).

Podemos observar que o autor defende a tese de uma crise geral no qual o açúcar foi mais um dos produtos afetados. Explica-se para ele a crise a partir de uma queda na demanda posterior a um aumento na produção mundial. Dessa forma, os produtores de açúcar começaram a sentir duramente a concorrência já por volta da década de 70, com o advento das Antilhas. Em resumo, pode-se entender que a crise açucareira do Brasil teve duas raízes: uma a crise mundial, que afetou quase todos os setores; outra, o surgimento das Antilhas; ainda ligado às duas questões, conecta-se o arrefecimento da demanda mundial provocado tanto pela crise econômica quanto pelo pensamento mercantilista.

Alice Pifer Canabrava, pouco citada nas discussões, deve ser assinalada aqui. Ainda que de forma breve. Em sua tese sobre as Antilhas reafirmou a ideia de que o surgimento dessa região como produtora influenciou profundamente a crise no Brasil. (CANABRAVA, 1981, 36 – 37).

Mas, seguem-se abaixo a tese de dois autores cujas críticas são mais contundentes: Stuart Schwartz e Vela Ferlini. Deteremos-nos mais a eles. Ferlini, em *Terra, trabalho e poder* (1988), afirma que os problemas com a economia açucareira aconteceram implicados pela crise econômica europeia, isto é, sua tese gira em torno interpretação de crise geral do século XVII, estudada por Hobsbawm (1979). Mas, cabe ressaltar que ideia de crise geral é muito aceita pela historiografia mundial. Vários estudos procuraram mostrar as suas variações locais nos vários países⁹⁸. Ferlini baseia-se numa noção de mercado que estava interligado e cuja economia colonial, categoricamente, dependia diretamente do mercado europeu para se estruturar. Este é o

⁹⁸ Alguns artigo sobre o assunto. MACANTS, Anne E.C. "Historical Demography and the Crisis of the Seventeenth Century." *Journal of Interdisciplinary History*, xl:2 (Autumn, 2009), 195–214. ATWELL, William S. "A Seventeenth-Century 'General Crisis' in East Asia?" *Modern Asian Studies*, Vol. 24, No. 4 (Oct., 1990), pp. 661-682; OGILVIE, Sheilagh C. "Germany and the Seventeenth-Century Crisis" . *The Historical Journal*, Vol. 35, No. 2 (Jun., 1992), pp. 417-441. ROBERTS, Michael "Queen Christina and the General Crisis of the Seventeenth Century". *Past & Present*, No. 22 (Jul., 1962), pp. 36-59. STEENSGARRRD, Niels. "The Seventeenth-Century Crisis and the Unity of Eurasian History." *Modern Asian Studies*, Vol. 24, No. 4 (Oct., 1990), pp. 683-697; WEISSER, Michael R. "The Agrarian Depression in Seventeenth-Century Spain" *The Journal of Economic History*, Vol. 42, No. 1, *The Tasks of Economic History*(Mar., 1982), pp. 149-154

eixo no qual gira sua tese. Dentro do pensamento da escola historiográfica que faz parte, entende a colônia como um meio de *alavanca* para a *acumulação primitiva de capital*, europeu. Isto é, como o mercado europeu estava em uma crise, como consequência dela, a colônia também estaria. “O movimento de regressão secular, notável em alguns mercados europeus desde 1619-1622, começou a atingir a produção açucareira depois de 1650, mas apenas a partir de 1660 arrefeceu a euforia da produção de açúcar do Brasil” (FERLINI, 1988, p. 70). Para a autora, a crise geral dos preços na Europa implicou diretamente na produção dos senhores de engenho do Brasil. Com a queda dos preços na Europa, os comerciantes compradores dos senhores de engenho, determinavam um menor preço porque vendiam a baixo valor na Europa. Também estabeleciam que se comprassem seus produtos em moedas, e isso prejudicava os brasileiros porque ela ia para o reino (em crise econômica) e não voltava. O preço dos escravos tendeu a subir em detrimento da queda dos preços do açúcar. De toda forma, a autora procurou mostrar que a crise ocorreu devido à queda dos preços e não em determinação da concorrência antilhana. Assim, rompe em partes com a historiografia de até então.

O problema não esteve ligado diretamente à concorrência antilhana, mas à própria reestruturação dos mecanismos de mercado durante o século XVII. A produção Antilhana incrementava-se e abastecia os mercados metropolitanos, mas, durante muito tempo, o açúcar do Brasil, de melhor qualidade, manteria seus consumidores. O que se fez sentir, principalmente a partir de 1670, foi o declínio inexorável dos preços. O fenômeno não afetava apenas o produto brasileiro, e o açúcar antilhano caía na mesma proporção que o do Brasil. No entanto, considerava-se próspera a produção da região. Vista deste ângulo, a crise da economia açucareira não pode ser condicionada, em si, à concorrência dos novos produtores antilhanos. A própria natureza da *plantation* e da comercialização do açúcar, a partir de 1640, tendia à ampliação do produto, que, se não ocorresse nas Antilhas, ocorreria no Brasil (FERLINI, 1988, p. 70-71).

Ferlini aponta para o mercado europeu como elemento explicativo da crise açucareira, a diminuição dos lucros dos senhores de engenho perante a queda dos preços do açúcar e o aumento da cotação dos escravos. Depois de 1640, as altas taxas devido às guerras fizeram os portugueses incrementarem os tributos sobre a colônia, principalmente depois de 1661. Os comerciantes teriam perdido o interesse pelo Brasil, prova disso seria a inconstância das frotas comerciais. O quadro econômico teria se agravado a partir de 1670 e chegado a pontos extremos nos anos 90. Os comerciantes

que vinham teriam exigido que pagassem seu produto com altos preços e em moeda, levando-a toda para o Reino (FERLINI, 1988, p. 70-71).

Quadro 1⁹⁹
Preço do açúcar baiano (1669 – 1690)

Safra	Réis arroba	índice	Safra	Réis/arroba	Índice	Safra	Réis/arroba	Índice
1669	1.412	100	1676	1.001	71	1684	1.109	78
1670	1.412	100	1678	1.085	77	1685	1.109	78
1671	1.412	100	1679	1.080	76	1686	1.109	78
1672	1.412	100	1680	1.109	78	1687	1.109	78
1673	1.412	100	1681	1.109	78	1688	918	65
1674	1.412	100	1682	1.109	78	1689	778	55
1675	1.220	86	1683	1.109	78	1690	778	55

A autora faz uma comparação dos preços entre a saída na colônia (Brasil) e o preço de venda em Amsterdã na Holanda. O ápice ocorreu na década de 1680 com o incremento das doenças dos escravos, seu encarecimento e as cobranças das variadas dívidas (FERLINI, 1988, p. 78). Depois, devido ao contexto de guerra europeu, os preços voltam a subir na década de 90. Em resumo, a análise de Ferlini valoriza dois pontos: (a) a influência categórica da economia europeia na produção colonial; (b) os preços do açúcar se tornam uma expressão da conjuntura, assim, a queda dos preços seriam a representação mais fiel da crise açucareira. Apesar de fazer algumas referências à história social do Brasil, com o intuito de mostrar que de fato a situação era de crise, não se aprofunda (e tampouco é sua intenção) em conferir até que ponto a queda dos preços interferiram na produção.

Stuart Schwartz é outro autor que merece bastante atenção. Em seu clássico *Segredos Internos* (1996) e depois na introdução do livro *As excelências do Governador* (2002) mostra alguns pontos a serem notados sobre a elaboração do conceito de crise açucareira. Para Schwartz (2002) as Antilhas foram um fator muito importante e concorda que a queda do preço do açúcar colocou os senhores de engenhos em apuros, e, por isso começaram a reclamar ao rei. Os comerciantes que faziam o transporte para a América compravam o açúcar por um preço baixíssimo e, conseqüentemente, estavam levando os senhores de engenho à falência. O rei não tomava medidas que os contentassem e, sendo assim, continuavam a reclamar. Um fator, ainda mais importante,

⁹⁹ FONTE: FERLINI, 1988, p. 75.

destacado por Schwartz foi o fato de apontar que, com a concorrência antilhana, além da quebra do monopólio das vendas do açúcar¹⁰⁰, os escravos também tiveram seu preço aumentado devido à concorrência. Os senhores de engenho não conseguiam concorrer com os antilhanos no que se refere à compra de escravos. A situação havia gerado uma falta de moeda na colônia. Os comerciantes, ávidos por moedas, queriam a todo custo vender em dinheiro e não a troca por açúcar. Desde a década de 70 a Câmara Municipal da Bahia reclamava dessa situação demandando ao rei considerações (SCHWARTZ, 2002, p. 24).

Para se ter uma ideia da percepção brasileira da crise com base em uma carta enviada, em 1672, pela Câmara Municipal de Salvador à Coroa portuguesa. A câmara, que normalmente representa os interesses dos senhores de engenho, reclamavam dos impostos que recaíam sobre o açúcar, do alto custo das, da escassez e do preço elevado dos escravos e, especialmente, da relutância dos comerciantes em comprar açúcar brasileiro devido aos baixos preços oferecidos nos mercados europeus. Em 1673 e 1674, a tanto, que ele não fez muito para aliviar a situação, mas, verdade seja dita, não havia muito a ser feito. Entre 1650 e 1668, o preço do açúcar caiu de 3800 réis a arroba para 2400, sofrendo, portanto, um declínio de 33%. O Brasil era, porém, uma colônia e, como tal, a solução de seus problemas dependia menos dele próprio que da economia atlântica e do papel de Portugal nesse contexto (SCHWARTZ, 2002, p. 24).

Importante notar que a ideia central do autor se guia pela tese na qual a colônia – Brasil – depende exclusivamente do mercado Atlântico para se recuperar da crise. Ou seja, em últimas consequências, a crise teria acontecido como uma extensão da crise externa: crise europeia, crise Atlântica, crise portuguesa. Depois da Restauração, Portugal passou a gastar demasiado dinheiro com as guerras de independência, até 1668 com a Espanha e até 1654 com a Holanda. Os holandeses se instalaram nas Antilhas tornando-se concorrentes nas vendas do açúcar e na compra dos escravos. Houve uma escassez de metais adquiridos pela Espanha e, em consequência, uma diminuição nas vendas portuguesas para os espanhóis, acarretando na falta de moeda, fazendo Portugal derrubar seu valor intrínseco. Esses aspectos teriam levado a colônia à crise, recrudescida pela crise na agricultura e a falta de moeda dentro da colônia.

¹⁰⁰ E isso implica no fato de as Antilhas estarem mais próximas da Europa, de os países que criaram o comércio (França e Holanda) terem uma importante frota naval, de os países europeus (que compravam de Portugal) que estavam politicamente ligados a eles passaram a comprar seu açúcar, de pelo aumento da oferta, em meio a um processo econômico hostil, naturalmente o preço do açúcar despencou.

Pedro Puntoni (2010), por sua vez, elaborou uma interpretação buscando acrescentar aos problemas a ideia de “Mal Brasílico”. Para ele, na Bahia, ocorreu uma série de problemas influenciados pela “crise açucareira” que implicaram em medidas desesperadas pelos baianos. Destaca o surto de febre amarela que matou muitas pessoas, desde administradores até escravos, um medo constante do cometa que passou sobre a Bahia, a baixa da moeda implicou na construção de uma Casa da Moeda na Bahia, pois, o dinheiro que havia na colônia estava indo para o reino e, com efeito, inibia o comércio. Nesse sentido, dois pontos importantes devem ser destacados: primeiro, o autor acrescentou a questão da moeda, explicando-a, dentro da problemática daquilo que a historiografia entende por crise açucareira. Ele se embasa em fatores econômicos para explicar o que chamou de “Mal da Bahia”; ou seja, os motivos pelos quais incidiram as fomes, as pestes e implicaram os problemas econômicos da segunda metade do século XVII.

A situação de complicação econômica teria gerado uma tensão entre os colonizadores e a Coroa. Em suma, situado no âmbito da noção de pacto colonial, os colonos não queriam que sua posição de obediência se confundisse com submissão de conquistados. Essa situação levou a algumas revoltas, como a do Terço Velho (PUNTONI, 2010, p. 6). A questão fundamental foi, segundo Puntoni, que os problemas econômicos criaram um mal-estar na Bahia: a falta da moeda inibia as trocas e gerava fome no Recôncavo, a falta da moeda foi o fator fundamental e que por si explicaria todos os problemas (PUNTONI, 2010, p. 19). A “açucarocracia¹⁰¹” baiana buscava constantemente a implementação de uma moeda regional e a criação de uma Casa da Moeda na Bahia com a finalidade de enfrentar o “Mal Brasílico”. Para o autor, o grande problema da crise açucareira foi a carência de moeda que implicava na incapacidade do comércio local e ou com o externo.

Puntoni se diferencia dos outros em sua análise devido ao fato de mostrar o problema baiano de outro ângulo. Sua documentação é mais voltada para a história social da Bahia, aprofunda a análise à vivência baiana. Por isso, inovou no sentido de mostrar que para além de uma queda nos preços do açúcar a sociedade baiana sofreu

¹⁰¹ “Açucarocracia”: termo utilizado pelo autor para se referir aos senhores de engenho como uma força política, ideia que norteia seu texto.

como um todo. Os problemas baianos, chamado de “Mal Brasílico”, foram devido à “crise açucareira”, às doenças e à falta da moeda.

Sampaio, *Na Encruzilhada do Império* (2002), coloca em xeque a tese de crise açucareira e nega a ideia de crise na agricultura brasileira. Sampaio se opõe a esta historiografia. Puntoni (2010) ao escrever seu texto procurou, certamente, rebater as críticas do autor carioca em relação à forma como entende o período.

Dessa forma, ao analisarmos as críticas de Sampaio, percebemos que vão diretamente à Ferlini e Schwartz. O primeiro e mais importante fator que o faz negar a existência de uma crise açucareira tal qual entendida é sua posição metodológica. Para Sampaio, o mercado neste período não era globalmente autorregulado, e, que por isso, a crise econômica europeia necessariamente não implicaria uma crise na colônia. Para contrapor-se à tese de que a crise europeia determinava uma crise na América, vale-se de Ruggiero Romano, *Conyuntura opuestas* (1993), cuja tese central visa mostrar que no século XVII a crise que abateu sobre a Europa não influenciou na América Espanhola. Além disso, agindo de forma oposta, prosperando. Sampaio conclui que não pode aceitar a existência de uma crise na colônia como consequência da outra europeia, seria um equívoco metodológico.

A segunda crítica é em relação à documentação. Para ele, não há dados o suficiente para que possamos sublinhar tendências gerais na produção de açúcar no século XVII. “No trabalho de Schwartz, por exemplo, encontramos estimativas até 1629/30 e, no parágrafo seguinte, o autor pula para o ano de 1702. A razão é a falta de fontes que não permitam este tipo de estimativa para o período” (SAMPAIO, 2003, p. 35).

Mais grave ainda, entretanto, é o caso de Vera Ferlini. Segundo a autora, entre 1650 e 1660 a produção açucareira na colônia teria sofrido um “notável declínio”. Para fazer afirmação tão categórica, baseia suas informações unicamente nos dados do engenho Sergipe do Conde (velho fetiche dos historiadores ligados à história do Nordeste colonial), sem apresentar quaisquer justificativas para a extrapolação feita dos dados de um único engenho para o conjunto da economia açucareira colonial (SAMPAIO, 2003, p. 35).

Segundo o autor não seria, portanto, minimamente possível apontar para uma crise geral na segunda metade do século XVII sem ter que fazer afirmações infundadas documentalmente. E, se teria havido de fato uma decadência na produção do açúcar esperava-se que houvesse um número menor de engenhos comparando-se com o

período anterior, pois, naturalmente, devido à crise, parariam de se investir na produção de açúcar, *desfabricando* conseqüentemente os engenhos. Não é o que se nota em Antonil que aponta para um aumento no número de engenhos entre o fim do século XVII e início do XVIII. Se houve um século de crise, deveria ter diminuído o número de engenhos (SAMPAIO, 2003, p. 36).

O que se deve, portanto, é explicar como mesmo em situação desfavorável dos preços do açúcar continua-se a investir e o número de engenhos a crescer. “Ou seja, como ela é capaz de resistir e mesmo aumentar de tamanho numa conjuntura desfavorável no que tange aos preços” (SAMPAIO, 2003, p. 36). Concluindo, aponta para o fato de não podermos tomar como base somente os preços para explicar as conjunturas econômicas. Arrola trabalhos que apontam que mesmo em conjunturas desfavoráveis de preços há um crescimento populacional e econômico. “Isto é possível porque, como dissemos antes, os baixos custos da produção e a reprodução da agricultura brasileira permitem sua autonomia face a conjunturas externas francamente negativas” (SAMPAIO, 2003, p. 38). As elites locais guiavam uma acumulação endógena capaz de não ser influenciada pelos fatores externos.

Concluindo, podemos afirmar, frente aos dados aqui apresentados, que temos diante de nós um quadro econômico bastante diverso daquele que a historiografia relativa ao Brasil tem nos apresentado até agora sobre os cem anos situados entre 1650 e 1750, sobretudo no que se refere à segunda metade do XVII. Em primeiro lugar, porque não se verifica a ‘crise geral’ que muitos pensavam perceber na América seiscentista, e na qual o Brasil seria apenas mais um partícipe. E segundo, os dados utilizados até agora para corroborar a ideia de crise agrícola no Brasil mostram-se frágeis, e sequer são capazes de nos convencer sobre a decadência setorial, ou seja, do setor açucareiro. Além disso, falta uma análise mais detalhada que leve em conta as diferenças regionais, pelo menos no que se refere às três principais regiões açucareiras: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. E, por fim, a influência da expansão da fronteira colonial para o interior, seguindo as rotas da mineração e do seu abastecimento, só foi apreendida até agora em traços muito gerais. (SAMPAIO, 2003, p. 42-43).

O autor afirmou que o Rio de Janeiro ascendeu-se economicamente na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, tornando-se o centro de interesses econômicos e comerciais dentro do império português. Quadro tão diverso das outras localidades, em contexto de aparente estagnação. Sua finalidade é ressaltar que não se pode tratar de um Brasil homogêneo, sem antes pensar as localidades e

sobremodo independentes economicamente dos jogos comerciais europeus. E que não aceita que tenha havido crise econômica nas várias localidades da América (SAMPAIO, 2003, p. 42-43).

Ruínas da Bahia

A historiografia que até então defendeu a ideia de uma crise açucareira não explicou, segundo as críticas feitas por SAMPAIO, de forma convincente, uma crise sequer na produção açucareira, tampouco na agricultura. Alguns apontamentos foram feitos por FERLINI e SCHWARTZ que, segundo o autor carioca, não mostram em si uma conjuntura desfavorável. Pensando nas críticas do autor deve-se buscar alguns meios de se aprofundar na história do império capazes de se provar ou de se negar a existência de uma crise. A saber, não convencido da inexistência de uma crise geral no império português, partimos desse pressuposto para estudar a história baiana de sua segunda metade do século XVII, atentando para os relatos sobre os problemas passados pelos mesmos no período em questão.

As Atas e as Cartas da Câmara da Bahia, as correspondências do Conselho Ultramarino com os baianos, os relatos de alguns Governadores Gerais, alguns textos da época, de António Vieira, Gregório de Matos, no caso da Bahia, mostram uma grande preocupação na sociedade baiana na segunda metade do século XVII.

Notadamente, a palavra crise jamais foi usada por qualquer português ou baiano naquele período. Sendo uma ferramenta de análise moderna e que define um momento de grande mudança, a palavra é normalmente empregada pelos historiadores para sintetizar um período de grande mudança econômica ou política. O conceito muito usado pelos contemporâneos do XVII, como mostra a documentação, era *ruína*. Muitos textos (como veremos a baixo) que procuraram tratar dos problemas que passaram quando procuraram explicá-lo o fizeram definindo-o como *ruína*, *ruína do comércio*, *ruína do reino*, *ruína da Bahia*. Por meio dessas explicações e das reclamações dos camarários baianos ao rei percebemos que a produção de açúcar, de fato, teve um momento conturbado e de extrema dificuldade. Tese já defendida pela historiografia? Não em todos os aspectos.

Primeiramente, esse texto não tem como objetivo central defender a tese de uma crise geral no império português, pois, sabemos da possibilidade que mesmo em momentos de crise poderiam haver localidades que se diferenciem e ascendam economicamente. Contudo, a existência de tais localidades que não entraram em estagnação econômica não pode ser interpretada como se não houvesse um problema. Ainda mais, no caso de regiões produtoras de açúcar, cujo mercado era predominantemente a Europa.

O mais importante é afirmar que independente desta crise geral, os problemas baianos foram também internos. Explicando melhor, a crise geral pode não ter sido o fator de maior importância no problema baiano, mas, influenciou e houve sim um problema na Bahia. Finalizando, mesmo que se negue a existência de uma crise geral, não se pode negar que a produção de açúcar na Bahia e mesmo a sociedade como um todo teve seu momento de negativa expectativa. A documentação não permite essa negação.

Alguns autores, como Schwartz e Ferlini, pensando no contexto geral, apontaram para a década de 70 como o início da crise açucareira. Mas, as preocupações dos baianos iniciaram-se já na década de 60, dentro do contexto posterior ao fim da União Ibérica, em que os portugueses, ameaçados pelos espanhóis, tiveram que fazer séries de acordos diplomáticos com o intuito de manter sua independência. Dois acordos tiveram especial importância para os baianos e demais americanos. Em 1661, assinou-se um tratado de paz com os holandeses no qual ficou estipulado uma indenização pela retomada de Pernambuco. No mesmo ano, com a finalidade de se defender da Espanha, a princesa Catarina de Portugal casou-se com o rei da Inglaterra, Carlos. Portugal se comprometeu a pagar um Dote muito alto em dinheiro, bem como ceder Bombaim aos ingleses. A divisão do pagamento foi porcentualmente elaborada conforme as arrecadações dos dízimos de cada capitania, e, por isso, a Bahia ficou com mais de 50% do pagamento. Os valores são “A saber, 42\$666 cruzados e meio à cidade da Bahia e suas anexas, vinte mil cruzados à Capitania de Pernambuco, Itamaracá e suas anexas, 19\$333 cruzados e meio ao Rio de Janeiro e suas Capitâncias, e dez mil cruzados o Reino de Angola.”¹⁰².

¹⁰² DHBN. *Cartas Régias*. 1667 – 1681. Vol. LXVII, 1945. P. 226.

Dote e Paz, tratados juntamente na documentação, são os elementos que nos ajudaram a entender o período como de dificuldades. Tentando se esquivar do pagamento do tributo, reclamando da situação da Bahia, os baianos nos deixaram um caminho claro para compreendê-los e ao seu período.

Logo depois de 1661, já observamos reclamações sobre a dificuldade em se pagar o Dote e Paz. Um dos primeiros reclames que encontramos logo após 1661 é sobre a impossibilidade de se pagar a infantaria devido à cobrança do imposto (DHAMB, 1950, p.35). Várias são as repetições das reclamações apontadas para a dificuldade em se sustentar a infantaria. Em 1672 houve outra (DHAM da Bahia, 1950, vol. 5, p.70). Para conseguir sustentar a milícia, os camarários afirmaram que teriam que passar a taxar a pesca da baleia e a produção e venda da aguardente (DHAM da Bahia, 1950, vol. 5, p.62-63). Isso já em 1661 (DHAM da Bahia, vol. 4., 1949, p. 19-35). A água ardente passou a ser proibida de ser produzida e vendida em 1679. Proibida, mas, mesmo assim produzida. A Bahia havia sido atacada várias vezes, saqueada pelos holandeses em 1624, e no contexto em tela, havia navios que rondavam a costa do Brasil (DHAM da Bahia, vol. 4., 1949, p. 10). Os camarários reclamaram ao rei que a falta de pagamento da milícia ocasionava uma tensão entre os soldados e a sociedade, muitas confusões advindas de roubos praticados por eles com a finalidade de se sustentarem (DHAM da Bahia, 1950, vol. 5, p.138 - 41). Em última instância, nunca negando o direito do rei de receber, os camarários indiretamente mostraram que não tinham como se defender de possíveis ataques, muito menos poderiam pagar as taxas exigidas (DHAM da Bahia, 1950, vol. 5, p.135 - 136).

epor remediar anecessida- / de dos soldados contra os qua- / es havia queixas deroubos / que sefazião actualmente / denoite aque dava occasi- / ao ser a necessidade; eque / viamos prevenir maiores / excessos muitas vezes vistos / eque nisto senão prejudi- / cava onegócio dos Particu- / lares couza consideravel / epedia maior respeito eate- / cãõ os dannios queproce- / dem deSoldados inquietos / por mal pagos ehavia mui- / tos exemplos desta forma / evenda devinhos, etambem dos / assucares dos Dizimos devossa / Alteza lançados violentamen- / te pelos homens de negocio / quando falha dinheiro por elles ao Contratador pois / esta ajuda, efavor nenhum / asseitará nem pode ter os / Contractos em Praça tam / falta de moeda corrente, e / que aos aggravantes offere- / ceramos fosse sem o empres- / timo dos oito mil cruzados / em dinheiro eseregistraria / o que nos tinhão feito de vi-nhos que elles não asseitarão (...)" (DHAM, Cartas do Senado, 2 vol, 1952, p. 3-4)

O dízimo sempre fora cobrado de forma natural, não questionada pelos baianos, mas o Dote e a Paz geraram controvérsias. Havia muitas reclamações sobre cobradores do tributo, os fintadores de cada freguesia agiam de forma não muito amistosa com os produtores de açúcar (DHAM, Cartas do Senado, 2 vol, 1952, p. 4). A saber, a organização da cobrança do Dote e da Paz, como a do Dízimo, era feita da seguinte maneira: o rei cedia (por meio de arrendamento) esse direito a particulares, que escolheriam de quem iriam cobrar. Os produtores do açúcar, maior comércio da Bahia, eram os principais taxados. Dessa forma, havia um grande conflito entre eles.

Ao rei eram muitas vezes escritas cartas em pedido de socorro às formas como eram taxados pelos fintadores e, por isso, passavam por dificuldades. Vejamos o caso de Luiz Nunes Santarém, senhor de engenho que escreveu ao Rei em 1669 pedindo que lhe fosse minimizada a cobrança feita pelos credores, afinal como já havia pago o Dote e a Paz ficou em dívida e solicitava que isto não acarretasse o débito em todo seu engenho. Em seu apoio, responde o rei:

Que houve os anos passados e grande mortandade de negros pela bexiga, que deram geralmente, ficou o engenho quase desfabricado¹⁰³ e para o poder tornar a reformar fez grandes empenhos que não pode satisfazer, antes se impossibilita pela quantidade de donativos que pagam, assim antigo, sustento da infantaria como para o dote da Senhora Rainha da Grã-Bretanha, e pazes de Holanda, com que alguns credores o executam nos negros, fábricas de Engenho e outros efeitos que tem, e se continuarem com o obrigarem a seus devidos ficará de todo arruinado e não poderá continuar com moer o engenho tanto em seu prejuízo e da fazenda de Vossa Alteza (DHBN. Vol. LXVII, 1945, p. 54-55).

Argumento exagerado do devedor evitando pagar o que devia? Quiçá. No entanto, isso era recorrente. Os argumentos principais centram-se na deficiência da produção, ocasionada pelas doenças que mataram os escravos, pelo mau estado da terra e “falta de cabedais dos moradores”. O que tinha sido previsto para ser pago em 16 anos, isto é, que se quitasse com Portugal o pagamento do Dote e da Paz até 1677, em 1672, visto que quase nada havia sido quitado, decidiu-se estender o prazo por 32 anos (DHBN, 1950, LXXXIX, P. 63). Com o passar dos anos, os senhores de engenho, os únicos a pagar o tributo, passaram a reclamar. Suas reclamações eram baseadas no fato de que somente eles pagavam os tributos.

¹⁰³ Desfabricar é um termo muito usado na documentação do período. Referiam-se à desmontagem, à desconstrução dos engenhos. Em Bluteau: impedir, estorvar uma fábrica ou derrubar ou destruir um edifício. Vol. 3. P. 140.

(...) acujo cargo está acobran- / ça senão adiminuição de cabedaes com este miserável / Povo seacha pelo pouco ren- / dimento que annos aesta par- / te tem desuas lavouras as / quaes estão lançadas efaltas / de fabricas constará isto pe- / las entradas das Alfandegas / deVossa Alteza pois acinco an- / nos não vão mais que dez mil / Caixas emenos quando nos / anos passados lavrara esta / Bahia dezessete edezoito mil / Caixas esobre esta diminuição tão conhecida não tem sahida / nesses Reino nem gasto por Cauza / principalmente dos excessivos di- / reitos que acrescentarão em cada ar- / roba de assucar cujo danno res- / ponde adiminuição que aqui sem- / tem os lavradores em seus preço / de que resulta ao negócio ven- / dermos os fornecimentos para as lavouras com avanço decin- / coenta por cento para assim ga- / nharem epagarem os muitos / tributos que setem posto sobre / nossas drogas, o tudo redun- / da em prejuízo deste Estado / edetodo o arruinarão as excecusso- / ens presentes, assim as parti- / culares como as da Fazenda / deVossa Alteza, ajunta-se ais- / to que aparte não menos des- / te povo que consta de Reli- / giosos e Clérigos pobres fogetivos, Vagabundos mulheres vadiaS, / homens quebrados e outros de / Semelhantes condições não / pagão este donativo sendo / (Fl. 228 v.) sendo-lhes lansado alegando hu- / nas muitas enumerave- / is petições que vem aeste Senado justa Cauza por donde / são escuzo ebuscando todos / por todas as vias meios denão / pagarem com que se defren- / cão quantias dos lançamentos em grandíssima parte ede / conheser com evidencia Governadores / que forão deste Estado lhe na- / ciapiedade para adesimu- / lação aque Vossa Alteza cha- / ma omiçam (...)”(DHAM, Cartas do Senado, 2 vol, 1952, p. 39).

Nas vindicações dos senhores de engenho ao rei, por meio do Conselho Ultramarino, percebemos o problema com o mercado e a produção de açúcar. Ao mostrarem ao rei que somente eles pagavam o tributo afirmam, indiretamente, que havia um grande problema, e, que por isso, não poderiam arcar com as dívidas, sugerindo que outros também as pagassem.

Analisando os seus argumentos, procuramos conferi-los com a situação que se encontravam. Primeiro, o essencial, o fornecimento de alimentos. Seguindo as pistas deixadas pelos camarários, observamos que havia uma falta de alimentos na Bahia, não somente na produção. Essa falta gerava fomes coletivas. O fornecimento de alimentos “roins”, como a carne magra e estragada, segundo os médicos, era o causador de doenças que abatiam a cidade. Em 1682 se fez uma reunião e se discutiu sobre isso na Câmara.

Chamados para efeito dese fazerem noua postura So- / b[er] aCar[ne] que se corta nostalhos desta Cidade eperquanto a- / uia geral queixa neste pouo Como atodos os presentes He / notória que segardauam nostalhos dos aoug[ujes] desta Cidade / ordinariamente Carne magra e Com mao cheiro de / talsorte que emtende os médicos desta Cidade pRo- / fessores da [C]iensia da medicina que He carne roim que seCome agora cauza das doensas que há na

rua / que n[ã]auaí antigamente eCau[za]do tudo do Roim go- / uerno do
senado daCamara porque estaua enduzi- / do adar talhos aos marchantes
atrauasadores / e aelles seaRematauão os Coatro talhos que [ilegível] das
sobras dadita Camara, eda [Relação edas [Cargas] / (DHAM da Bahia, 1950,
vol. 5, p. 332).

Ou seja, faltavam pastos na Bahia para se ter gado suficiente para o fornecimento de carne com qualidade esperada. Por isso, se deixava o fornecimento de carne nas mãos dos atravessadores¹⁰⁴. A população não aprovava a situação porque estavam sendo fornecidas carnes ruins, magras demais e até estragadas. Segundo os médicos que estavam tratando da situação, a peste que se instalara na cidade era fruto do fornecimento de “*carnes roins*”. No mesmo documento pede-se que se deva deixar de depender destes atravessadores e passe a comprar carne dos criadores baianos. Definiu-se que se comprasse a carne dos criadores baianos para se cortar e vender nos açougues do Recôncavo. Segundo essa medida, a carne seria de melhor qualidade, não deterioraria e ainda ficaria a um preço menor (DHAM da Bahia, 1950, vol. 5, p. 333). A grande questão é que a Câmara não queria que se vendesse carne fora da cidade e passou a reclamar da situação ao rei, que não melhorou até 1694 quando fizeram outra reivindicação que ponderava no sentido de se proibir a venda de carne fora da cidade (DHBN, 1950, LXXXIX, P. 255-56). Às súplicas dos baianos, respondeu o rei.

Ao Conselho parece que Vossa Majestade deve ser servido mandar que se passe Provisão aos oficiais da Câmara da Bahia, para que façam inviolavelmente guardar que se não venda carne fora dos açougues e possam condenar os transgressores pela primeira vez em seis mil réis, e trinta dias de cadeia, e pela segunda em dobro, uma e outra pela e pela terceira, exterminando fora daquela capitania, e que esta se faça pública para que venha à notícia de todos para que não aleguem ignorância por parte dos mesmos transgressores. (DHBN, 1950, LXXXIX, P. 256).

A questão do fornecimento de alimentos a cidade da Bahia parece ter sido um grande problema entre as décadas de 70 a 90. Não havia espaço para se produzir alimentos devido à utilização dos espaços para engenhos. Os problemas com o fornecimento de alimentos não se resumem a carne, mas, também à farinha, “pão do Brasil”.

¹⁰⁴ Em Bluteau atravessar mercadorias consistiam em comprá-las a um preço barato e revendê-la mais cara. Tomo 1 p. 648.

E que enquanto a outra farinha, que conduziam àquela cidade para o sustento do povo e do recôncavo, parecia que tinha alguma cor de justificativa a queixa dos suplicantes, por ser a farinha de mandioca o pão do Brasil, em que não podia taxar-se-lhe o preço sem ordem expressa de Vossa Majestade, a semelhança do que dispunha as leis que se possa taxar no pão, mas era tal a ambição daqueles lavradores de farinha que não contentes com os ganhos honestos que tiravam das vendas da farinha que traziam para o sustento do povo daquela cidade e seu recôncavo que se mancomunaram uns e outros moradores daquelas vilas para que o provimento das farinhas chegasse àquela cidade tão lenta e pausadamente que fazia com que a falta dela fome na terra, e lhe subiam o preço de repente a um tal excesso que vendia o sírio da farinha a quatro e cinco patacas com que justamente se irritam os governadores e botaram Bandos com pena que o sírio da farinha que ao povo se vendesse não passasse de cinco tostões, que era um preço que não sendo excessivo, para os compradores era honesto e lucro para os lavradores que a vendiam, e quando para os Governadores daquele Estado faltasse poder para publicarem estes Bandos em que obrigam aqueles moradores do Camumu e aos mais lavradores (...) por lhe atalhar a malícia que usam para subir o preço a sua farinha, em evidente dano daquela cidade e seu Recôncavo (DHBN, 1950, LXXXIX, P. 143-145)

Havia uma falta de espaço e de interesse em se produzir alimentos. Isso gerava fomes coletivas, com os escravos morrendo de fome. Muitas doenças advindas de alimentos estragados. Esses problemas refletiam pesada e diretamente na produção.

Quase todos tinham a plena noção que as doenças implicavam diretamente nas vendas do açúcar. Este era o ponto de apoio de muitos dos argumentos de pessoas endividadas, como é o caso de João Ribeiro Costa em 1689 (DHBN, 1950, LXXXIX, P. 121-25), que segundo afirmava, não poderia arcar com as dívidas porque o preço do açúcar estava baixo e as mortes, devido às doenças, não o possibilitava de pagar suas dívidas. Também em 1689, o provedor do Estado do Brasil escreve ao Conselho apontando a atual condição do comércio do açúcar (DHBN, 1950, LXXXIX, P. 123). No mesmo ano a Câmara da Bahia afirma que não pode arcar com suas obrigações, isto é, não poderá pagar os filhos da folha, milícias, eclesiásticos, etc. “Ao Conselho parece representar a Vossa Majestade que não havendo na Fazenda Real da cidade da Bahia efeitos bastantes e líquidos para o pagamento da folha eclesiástica e secular e fardar juntamente a Infantaria, de que depende toda a sua conservação e defesa.” (DHBN, 1950, LXXXIX, p. 116). E se esperava que o ano seguinte fosse ainda pior. Por isso, no sentido de se suprir esta falta, se aconselha que se use o dinheiro da contribuição do Dote e Paz (DHBN, 1950, LXXXIX, p. 116-17).

A Coroa percebia quando se fazia um discurso exagerando sobre a situação e fazia-se executar as cobranças quando achava necessário. Como ocorreu com o contratador do Dízimo e Dote e Paz João Ribeiro da Costa na década de 80, que se esquivou de pagar a Coroa afirmando que o povo não havia lhe pago. Ele arrematou três contratos e não pagou nenhum, a Coroa o puniu com o sequestro de seus bens (DHBN, 1950, LXXXIX, p. 121-125).

Outro problema muito grande que recaiu sobre os moradores baianos da segunda metade do século XVII foi a falta de moeda. Não se percebe uma relação causa e consequência da falta da moeda com a questão do Dote e Paz, contudo, o discurso acerca dos problemas estava na maioria das vezes junto. Isto é, os baianos tinham uma interpretação própria acerca dos problemas. Assim, a questão da moeda foi mais um elemento de apoio no sentido de mostrar os problemas à Coroa. Contudo, o que sempre queriam mostrar ao rei era uma *ruína da Bahia*. Nesse sentido, a questão da moeda foi mais um dos problemas, que em última análise, os impediam de pagar os tributos (DHAM da Bahia, 1950, vol. 5, p. 257). O ponto central do argumento dos camarários se embasava no fato de que os comerciantes, ao levar seus produtos, queriam moedas, às quais iam para o reino dificultando as ações dos baianos. A Coroa propunha levantar o valor da moeda em até 20%, o que não adiantava (DHAM, Cartas do Senado, 2 vol, 1952, p. 48-50).

De pronto, o problema maior era o endividamento dos produtores em relação aos comerciantes, que só aceitavam açúcar em pagamentos de dívidas a preços excessivamente reduzidos. Pelo menos desde 1626 a Câmara de Salvador encarregou-se de “taxar” o açúcar, referendando os preços acordados por juntas formadas por produtores e comerciantes com este propósito específico, ou arbitrando um preço intermediário quando não havia concordância (LIMA, 2008, p. 2).

Em 1679 o procurador Domingues Dantas de Araujo propõe a criação de uma moeda provincial como a solução dos problemas baianos (DHAM, Cartas do Senado, 2 vol, 1952, p. 52- 53). Essa proposta passou a ser chave explicativa para os problemas a partir de 1679. Assim, para se esquivar do pagamento do Dote e Paz, a câmara elenca uma série de problemas: falta de alimentos e fomes coletivas, mortes dos escravos por

doenças, endividamentos. Procuram soluções para enfrentar os problemas com variadas propostas¹⁰⁵: uma das principais delas era construir uma casa da moeda na Bahia.

Estudando-se a volumosa correspondência entre a Câmara municipal da Bahia e o rei português, observa-se que havia uma dificuldade enorme para se pagar os tributos estipulados pelo rei. Muitas doenças e mortes ocasionadas por uma má distribuição de alimentos e de condições precárias de higiene. “as bexigas lhe levarem maior parte dos escravos, não renderem as safras a metade do que era estilo” (DHBN, Vol. LXXXIX, 1950, p.25). Deve-se pensar, também, na grande migração de doenças ocorrida nas viagens, principalmente dos contatos com a África. Os senhores de engenho endividados, sem moedas não poderiam ser dar ao luxo de perder muitos escravos:

ficam os moradores sem os escravos de seu serviço e como não há no Brasil outros serventes lhes é necessários tirarem das fábricas dos engenhos e lavouras outros tantos para seu serviço com que se vão diminuindo as fabricas de escravaria e lavouras com elas e por esta causa se fazem também menos açúcares e menos frutos (DHAM, Cartas do Senado, I v. 1673-1684, 2. V, p. 114-6).

Passaram a perceber que a Bahia estava em *ruínas*, não somente econômica “A Ruína mais sensível e quási extrema que este Estado padece, e sobre que se pede pronto remédio a S.M., é a total extinção da moeda, que sempre temeram os interessados mais zelosos, e prognosticaram os mais prudentes” (VIEIRA, 1928, p. 635).

Assim, ao observar a documentação, alguns pontos ficam muito evidentes. Podemos concluir que os problemas econômicos dos baianos se recrudesceram com o surgimento do tributo do Dote e Paz da Bahia. Podemos perceber nas variadas interpretações do período, retratadas nas Atas da Câmara da Bahia, nas Cartas da Câmara da Bahia ao Rei, nos pareceres do Conselho Ultramarino, que a cobrança do Dote e Paz dificultavam sobremaneira a situação, sobretudo, dos senhores de engenho. A década de 60 já pode ser considerada um período de dificuldades para eles. Não obstante, não se deve atribuir aos problemas baianos tão somente à cobrança do Dote e Paz. Outras questões implicaram naquilo que a historiografia veio chamar de crise açucareira, como o surgimento de uma região concorrente: Antilhas. Antes das Antilhas as próprias capitânicas luso-americanas estavam em concorrência, destarte, a concorrência das Antilhas era diferente. Primeiro, principalmente, pelo contexto europeu de crise econômica, crise secular. Segundo, ligado a isso, os países começaram

¹⁰⁵ O tema das propostas para se enfrentar os problemas é uma questão a parte. Assunto para outro artigo.

a se proteger, não importando para seus territórios produtos que não fossem produzidos por suas possessões. Terceiro, a localização geográfica na qual as Antilhas se encontravam lhes tornava mais fácil o comércio com a Europa. Quarto, em si, o surgimento das Antilhas veio a abrir concorrência no mercado de escravos africanos, já com sérios problemas. A se notar, apesar de Sampaio ter apontado para um período de crescimento do número de engenhos em meio a um período de problemas econômicos, principalmente, no Rio de Janeiro, que se tornou importante fornecedor de alimentos, cabe-nos apontar para a, de fato, problemática na produção de açúcar. Os próprios contemporâneos tinham a noção de que as causas dos problemas também passavam pela concorrência com as Antilhas. “Digo S.r que as cauzas da diminuição e total ruína em q se axa o comercio doz frutoz do Brasil, não procede de se obrar, senão de ser m.to o q delle, das barbadas, e da India vai a Europa; prq não se pode obrar melhor, nem V. ex.ca achará remédio p.a q seião mais finos, q prq (...)” (ABN, 1898, p. 212)

A segunda metade da década de 80 e a primeira da de 90 foram os piores anos. Os relatos sobre os problemas são abundantes e ressaltam a ruína que se encontrava a Bahia. Alguns merecem destaques.

mas a experiência mostrava ser uma total ruína da Coroa, sendo a melhor joia daquele estado, e como tal devia Vossa Majestade acudir com remédio para que todos não perdessem. (...) Que aquele atenuado Brasil, cujos moradores, prostrados aos reais pés de Vossa Majestade, lhe pediam fosse servido por os olhos no amor e obediência com que sempre o serviram, mandando considerar que tirando-lhes o sangue na paz o não teriam para derramar na guerra se a houvesse, como muitas vezes fizeram, que o sangue que animava e sustentava toda a monarquia era abundância da moeda, e assim o confessavam todos e confirmavam muitos Ministros de Vossa Majestade, por cuja razão pretendiam tirar o sangue dos braços para com ele se acudir a cabeça, pedindo-o assim a razão os julgavam conveniente, mas se devia primeiro considerar que se faltasse o maior rio com a contribuição de suas águas ao mar, que não havia de enxugar esta falta, que o dinheiro que tinha aquela praça não chegava a um milhão, como se mostrava o cunho que há pouco tempo fizera, entrando este para o mar desta cidade, não se enxugaria, ficando de todo seco, inútil e perdido aquele Estado, cuja ruína não fortificava a cabeça a este lhe parecia ficava mais enfraquecida, e se havia outras razões de justiça deviam ser ouvidos aqueles desgraçados vassalos, que não eram criados, nem remediados por viverem afastados da real presença Vossa Majestade de cuja cristandade esperava o remédio de pai e de rei, e como tal com submissão, obediência e lealdade representavam a Vossa Majestade que a falta de experiência daquele Estado fazia parecer útil a seus Ministros correr a moeda nas conquistas a tostão a oitava, como se observava neste Reino, o que sem dúvida era a sua total ruína (...) (DHBN. Vol. LXXXIX. 1950. P. 219-222).

Metáforas muito ricas compõem as vindicações “Retirando o sangue em tempos de paz”, “sangue que animava e sustentava a monarquia”. Ou seja, o sangue (moeda) da colônia jorrava para nutrir a monarquia, em paz. Este jorro de sangue estava matando, arruinando os baianos; segundo eles, em tempos de paz e de forma desnecessária. Também percebe-se uma cobrança em relação ao rei, esperavam o “remédio de pai e rei”. Uma última metáfora também traduz muito bem os interesses e situação dos baianos, está exposta numa carta do Conselho Ultramarino de 1686.

Que estas mesmas e com maior necessidade podiam hoje alegar a Vossa Majestade, assim pela atenuação dos cabedais como pelo pouco valor de suas lavouras tão carregadas de direitos e tributos e sobretudo a ruína e castigo que de presente se experimentam com tantas mortes e desamparo, como a Vossa Majestade lhe seria presente e se em outro tempo só para a contribuição ordinária se tiravam os brincos das orelhas às mulheres e as saias do corpo às viúvas, que (..) (DHBN. Consultas do Conselho Ultramarino. Bahia. 1673 – 1695. Vol. LXXXIX. 1950. P. 65-66.)

Essa metáfora é muito interessante. Enquanto, lemos acima em outro documento, que os baianos tiravam o sangue dos braços para sustentar a monarquia, nitidamente sumptuosa, os baianos estavam sem ter o que comer. Tirar os brincos das orelhas das mulheres é uma representação das dificuldades pelas quais passavam. Miséria a custa dos mercadores que levavam as moedas do reino. Pedia-se socorro ao rei sobre a miséria, sobre a ruína.

Conclusão

Até pouco tempo havia uma certeza sobre a crise açucareira da segunda metade do século XVII, a qual era interpretada, sem questionamentos, como fruto da crise europeia e do surgimento das Antilhas. Sampaio questionou a possibilidade de se explicar a crise açucareira – menos ainda uma crise na agricultura – por meio da influência da crise europeia. Sendo mais enfático, chega a duvidar da existência de uma crise no Brasil. Afirma que os dados não permitem mostrar um padrão negativo para o século XVII.

Independente de uma crise generalizada e influenciada pelos problemas europeus, se é que se pode negar essa influência, observamos na documentação

referente à Bahia (autodenominada joia da coroa, principal produtora de açúcar e, conseqüentemente, a qual mais rendia), um grande problema: que teve sua gênese na dificuldade no fornecimento de alimentos, nas inúmeras doenças e na falta de espaço para a produção. Agora, não se pode negar que Portugal e questões externas (à Bahia) tenham influenciado no desenvolvimento do problema. Como o contexto pós União Ibérica e as taxas que os baianos e outros colonos tiveram que pagar uma dívida gigantesca. É inequívoco, outrossim, que num momento de fechamento do mercado entre os países europeus, coincidindo com o surgimento de uma nova região produtora de açúcar, a influência externa tenha sido sentida. A Bahia não era uma ilha deslocada do mundo. Havia uma diversificação na produção, não obstante, a produção e venda de açúcar era o carro chefe.

Dessa forma, com este texto e esta documentação procuramos contribuir com a discussão sobre a existência da crise do açúcar na Bahia. Houve um grande problema na segunda metade do século XVII baiano, o qual os próprios contemporâneos chamaram de ruína. Quiçá exagerassem um pouco ressaltando os seus problemas, não obstante, não podemos acreditar que nada houve, que tudo ocorria bem, que a produção continuava como antes, apenas nos baseando na inequívoca afirmação de que os números de engenho aumentaram. Os números de engenhos aumentaram? Sim, mas, quais tipos e tamanhos de engenhos? Não seria o aumento do número de engenhos uma possibilidade de saída para os problemas? Como sugeriu Menz (2012), “contudo, esta mudança no eixo regional açucareiro parece ter sido associada à pulverização da produção, sustentada por engenhos menores e de menor produtividade...” (MENZ, 2012, p. 9).

A partir da década de 60 começaram a sentir dificuldade em pagar o Dote e Paz; o preço do escravo aumentou; o preço do açúcar caiu demasiadamente; as doenças mataram muitos escravos (aumentando o valor da produção); havia uma fome generalizada ocasionada pela dificuldade em se adquirir alimentos; havia o problema da falta da moeda. Ao analisar a documentação estamos convencidos da existência de uma crise na produção açucareira na segunda metade do século XVII, mais que uma crise açucareira, houve expectativa de uma ruína total da Bahia.

Fontes

Anais da Biblioteca Nacional. VOL.20. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1898.

Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara. 1959-1969. Vol. 4 Prefeitura municipal de Salvador/Bahia. 1949.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Cartas Régias. 1667 – 1681. Vol. LXVII, 1945.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Consultas do Conselho Ultramarino. Bahia. 1673 – 1695. Vol. LXXXIX. 1950.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ATWELL, William S. “A Seventeenth-Century 'General Crisis' in East Asia?” *Modern Asian Studies*, Vol. 24, No. 4 (Oct., 1990), pp. 661-682.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas*. (1697 – 1755). São Paulo: instituto de Pesquisas econômicas, 1981.

FERLINI, Vera Lúcia A. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GODINHO, Vitorino de Magalhães Godinho. “Frotas do açúcar e do ouro”. In: *Ensaaios II*. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1968.

HOBBSAWM, Eric J. *As Origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global, 1979.

MACANTS, Anne E.C. "Historical Demography and the Crisis of the Seventeenth Century." *Journal of Interdisciplinary History*, xl:2 (Autumn, 2009), 195–214.

OGILVIE, Sheilagh C. “Germany and the Seventeenth-Century Crisis” . *The Historical Journal*, Vol. 35, No. 2 (Jun., 1992), pp. 417-441.

MENZ, Maximiliano M. *Capitalismo e colonização na longa duração do Atlântico Português*. Relatório Jovem Pesquisador. Fapesp, 2012.

PUNTONI, Pedro. “O mal do estado Brasília”: A Bahia na Crise Final do século XVII. In: Segundo Congresso Latinoamericano de historia económica (CLADHE-II). México, 3-5.2.2010. (versão preliminar). Acessado em 11/04/2012, às 12:15: http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/357_abstract.pdf

ROBERTS, Michael “Queen Christina and the General Crisis of the Seventeenth Century”. *Past & Present*, No. 22 (Jul., 1962), pp. 36-59.

ROMANO, Ruggiero. *Coyunturas opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica*. Colegio de México, 1993.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARTZ, Stuart. E PECORA, Alcir (orgs). *As excelências do Governador*. Tradução Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart. B. *Segredos internos. Engenho e escravos na sociedade colonial. 1550 1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STEENSGARRRD, Niels. “ The Seventeenth-Century Crisis and the Unity of Eurasian History.” *Modern Asian Studies*, Vol. 24, No. 4 (Oct., 1990), pp. 683-697.

VIEIRA, Padre António. *Cartas do Padre António Vieira*. Coord. AZEVEDO, J. L. Coimbra: Imprensa Universidade, 1928.

WEISSER, Michael R. “ The Agrarian Depression in Seventeenth-Century Spain” *The Journal of Economic History*, Vol. 42, No. 1, The Tasks of Economic History(Mar., 1982), pp. 149-154

Lista de Siglas

ABN – Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

DHAM – Documentos Históricos do Arquivo Municipal de Salvador.

DHBN – Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.